

JUSTIÇA

Fachin alerta para o risco “Capitólio”

Nos Estados Unidos, presidente do TSE diz temer cenário extremo nas eleições de outubro

» LUANA PATRIOLINO

Atento aos cenários extremos decorrentes da polarização política no país, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin disse que o Brasil pode viver uma onda de violência ainda mais grave do que a que atingiu a capital dos Estados Unidos, que culminou na invasão do Capitólio, em 6 de janeiro do ano passado, após a confirmação da vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais daquele país.

“O que se tem dito no Brasil é sobre a ocorrência de um episódio ainda mais agravado do que 6 de janeiro daqui (dos EUA)”, disse o magistrado em palestra na Wilson Center — organizada pelo Brazil Institute, de Washington —, que teve como tema as eleições de outubro. Fachin é o atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e deve passar o cargo para o ministro Alexandre de Moraes no dia 16 de agosto.

Segundo o magistrado, os tribunais estão preparados para reagir diante de cenários extremos. “O Judiciário brasileiro não vai se vergar a quem quer que seja”, declarou. Para enfrentar radicalismos, ele declarou que a sociedade “precisa armar-se do seu voto, da consciência política, da solidariedade, do sentimento de justiça, da coexistencialidade”.

O magistrado também defendeu que o Congresso Nacional adote uma “posição firme” em relação às ameaças à democracia. “Cada uma das instituições brasileiras precisa cumprir o seu papel nos limites que a Constituição atribui”, sentenciou.

As declarações de Fachin nos Estados Unidos provocaram reação do presidente Jair Bolsonaro (PL). Em transmissão ao vivo nas redes sociais, o chefe do Executivo acusou o presidente do TSE de atuar com viés ideológico e aproveitou para alinhar seu principal adversário no pleito de outubro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Não entendo o que o Fachin vai fazer fora do Brasil dizendo que podemos ter um 6 de janeiro ainda pior. Se ele fala isso, é (porque) ele tem a certeza que o candidato dele, que ele tirou da cadeia, o Lula, vai ganhar. Ele tem certeza. Como ele tem essa certeza, se tem muita água pela frente ainda?”, disparou o presidente.

Bolsonaro disse ainda que “ninguém quer invadir nada”, e que é necessário “saber o que fazer antes das eleições”. E revelou que pretende marcar uma conversa com todos os embaixadores do Brasil para insistir, sem provas, na tese de que houve fraude nas eleições de 2014, 2018 e 2020.

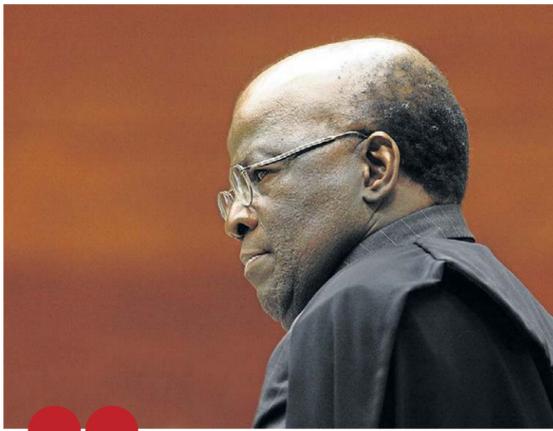
A legislação brasileira prevê mecanismos que podem ser usados em casos de cenários extremos. Segundo o advogado constitucionalista Ovídio Inácio Ferreira Neto, a solução está na prevenção e no mapeamento. “Sugiro a criação de amplos observatórios pela sociedade civil organizada, deixando à disposição (dos eleitores) inúmeras

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O presidente do TSE, Edson Fachin, declara que “o Judiciário brasileiro não vai se vergar a quem quer que seja”

Nelson Jr/Scot/STF



Ora, general, as Forças Armadas devem permanecer quietinhas em seu canto, não há espaço para elas na direção do processo eleitoral brasileiro. Ponto”

Joaquim Barbosa, ex-presidente do STF

ferramentas e canais para denúncia de discursos e atos antidemocráticos, neutralizando a disseminação de tal conduta, assim como inibindo a ocorrência de episódios trágicos como o que assistimos no Capitólio, em 2021”, recomendou o jurista.

Forças Armadas

No mesmo evento, o ministro Fachin disse que as Forças Armadas são bem-vindas para colaborar nas eleições de outubro, mas que não devem interferir no processo de apuração dos votos. “Por razões do campo da política, haja quem queira transformar essa participação (das Forças Armadas) numa participação que, em vez de ser colaborativa, seja praticamente interventiva. E, evidentemente, este tipo de circunstância nós não só não aceitamos

como não aceitaremos”, alertou. E reiterou que o trabalho de coordenação do processo eleitoral é da Justiça. “Quem coordena as atividades eleitorais é a autoridade civil do Poder Judiciário Eleitoral. Ninguém mais. Diálogo, sim e sempre. Mais do que isso significaria submeter a autoridade civil a qualquer tipo de outra autoridade.”

O tema também chamou atenção do ex-presidente do STF Joaquim Barbosa. Por meio das redes sociais, o juiz aposentado disse que as Forças Armadas “devem ficar quietinhas em seu canto”. Para ele, os militares têm uma atitude de “vassalagem” em relação ao presidente Jair Bolsonaro.

Barbosa fez os apontamentos ao responder uma postagem do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira. O general disse em audiência na Comissão de Relações

» Congresso dos EUA quer investigação

Deputados democratas dos Estados Unidos tentam aprovar uma emenda no orçamento de Defesa do próximo ano que exige uma investigação sobre a suposta interferência das Forças Armadas nas eleições do Brasil e a possibilidade de um golpe de Estado. Em caso de aprovação, o Secretário de Estado deve apresentar ao Congresso um relatório “sobre todas as ações tomadas pelas Forças Armadas do Brasil, com relação às eleições presidenciais”. Entre as potenciais ameaças à democracia, o documento cita as acusações de fraude no processo eleitoral, incitação a manifestações com discursos golpistas e atuações que têm o objetivo de interferir diretamente no resultado do pleito.

Exteriores e Defesa Nacional da Câmara que não tem questionado o funcionamento das urnas eletrônicas, mas que “nenhum sistema informatizado é totalmente inviolável”, ecoando as suspeitas levantadas sistematicamente por Bolsonaro.

“Ora, general, as Forças Armadas devem permanecer quietinhas em seu canto, pois não há espaço para elas na direção do processo eleitoral brasileiro. Ponto”, rebateu Joaquim Barbosa na postagem.

Para ele, as Forças Armadas pressionam a Justiça Eleitoral. “Insistir nessa agenda de pressão desabrida e cínica sobre a Justiça Eleitoral, em clara atitude de vassalagem em relação a Bolsonaro, que é candidato à reeleição, é sinalizar ao mundo que o Brasil caminha paulatinamente para um golpe de Estado. Pense nisso, general.”

Carro de juiz do caso MEC é atacado

» TAISA MEDEIROS

Responsável pelo mandado de prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal de Brasília, teve o carro atingido por fezes de animais, terra e ovos, na tarde de ontem. Borelli foi atacado enquanto dirigia o próprio veículo, logo após deixar a residência em que mora na capital federal. O magistrado não ficou ferido, mas, como os dejetos atingiram o para-brisa, ele ficou

momentaneamente sem visão do trânsito. Borelli comunicou o caso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O juiz foi quem autorizou a operação da Polícia Federal que, no último dia 22, prendeu o ex-ministro da Educação e os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Os três são investigados por envolvimento em suposto esquema de cobrança de propina para liberação de verbas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os

pastores não tinham cargos no ministério, mas circulavam pelo órgão com desvantagem. Na decisão, Borelli escreveu que, caso permanecessem em liberdade, Ribeiro e os dois pastores poderiam oferecer riscos às investigações sobre o escândalo.

Borelli já havia sofrido ameaças, que estão sendo investigadas. A Justiça Federal no DF trabalha com a tese de que as intimidações partiram de grupos de apoio ao ex-ministro, e informou que os casos

foram encaminhados para a Polícia Federal.

CPI

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu em plenário o requerimento de instalação da CPI do MEC. O início dos trabalhos da CPI, no entanto, deve ficar para depois das eleições, conforme acordado entre Pacheco e líderes partidários, em reunião na última terça-feira.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Centrão de olho no circuito Elizabeth Arden

Florence Nightingale Graham nasceu no último dia de 1881, em Woodbridge, no Canadá, sendo criada pelo pai e pelos irmãos após a morte da mãe, quando tinha 6 anos. Enfermeira de formação, começou a produzir cremes para tratamento de queimaduras e logo transformou sua cozinha num laboratório, onde passou a criar hidratantes e cremes nutritivos, em busca da pele perfeita. Mudou-se aos 30 anos para Nova York, casou-se com um químico e, em 1910, abriu sua primeira loja na Quinta Avenida. Dez anos depois, produzia uma linha de mais de 100 produtos, mudou seu nome para Elizabeth Arden, inspirada num poema de Alfred Tennyson, e se tornou a maior produtora de cosméticos do mundo.

No Rio de Janeiro, o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores de 1999 a 1970, graças ao Barão do Rio Branco, mais ou menos nesse período, já abrigava um corpo diplomático respeitado internacionalmente, cuja formação começou no Império e que fora educado para defender os interesses do Estado brasileiro. Após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas, as embaixadas de Nova York, Londres e Paris passaram a ser os postos diplomáticos mais cobiçados.

Nas rodas de conversa do velho Itamaraty da Rua Larga, essas embaixadas ganharam o apelido de Circuito Elizabeth Arden, porque as sacolas e embalagens dos produtos da marca famosa vinham sempre com os nomes dessas três cidades. A propósito, Florence também foi hábil diplomata, tendo recebido a Legião de Honra do Governo da França. Na Segunda Guerra Mundial, criou o batom vermelho Montezuma Red, para dar mais feminilidade aos uniformes das mulheres que haviam se incorporado às forças armadas dos Aliados.

A turma do Centrão sempre gostou de comprar produtos de grife, durante as missões parlamentares no exterior, mas agora está de olho mesmo não é nos produtos de beleza, lenços e gravatas, mas no Circuito Elizabeth Arden, que não se restringe mais às três cidades famosas. Washington, Buenos Aires, Roma, Lisboa, Berlim, Genebra, Moscou, Tóquio e Pequim, entre outras embaixadas, são os postos mais importantes para a política externa brasileira.

Nesta semana, por muito pouco, o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) não aprovou uma emenda constitucional para que senadores e deputados pudessem ocupar o posto de embaixador sem ter de abrir mão do mandato. A Constituição permite que o presidente da República nomeie para o cargo de embaixador qualquer cidadão de reputação ilibada, não precisa ser um diplomata, mas impede que os políticos se licenciem do cargo para ocupar esses postos sem perder o mandato.

Alcolumbre não conseguiu seu objetivo porque houve forte reação dos senadores mais experientes da Casa e do corpo diplomático, principalmente dos embaixadores. O chanceler Carlos França, porém, reagiu de forma tímida. Depois de muita pressão, emitiu uma nota na qual o Ministério das Relações Exteriores afirma que a emenda viola cláusula pétreia da separação de Poderes e a competência privativa do presidente da República: “Todo embaixador deve obediência ao presidente da República, por intermédio de seu principal assessor de política externa, o ministro das Relações Exteriores. Há exemplos de eminentes ex-parlamentares, indicados pelo presidente e aprovados pelo Senado, que desempenharam com brilho a responsabilidade de embaixador. Nesse caso, o ex-parlamentar é servidor do Poder Executivo Federal, subordinado ao Presidente da República”.

Fronteiras

Diante das pressões, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), operou para adiar a votação e emitiu uma nota endossando a posição do Itamaraty. A Constituição já permite que parlamentares assumam cargos de ministro de Estado ou secretários estaduais sem perder o mandato, mas chefias de uma missão diplomática somente no caso das temporárias. Alcolumbre quer ampliar a regra para que parlamentares também assumam uma embaixada de forma permanente, sem perda do mandato.

A proposta abre uma porta giratória para o entra e sai de políticos nas embaixadas, além de criar um tremendo constrangimento para os diplomatas nas sabinatas do Senado. O que está por trás dessa ideia pode ser muito tenebroso. Primeiro, atrair mais interesse dos suplentes de senadores que são financiadores de campanha. Nesse caso, as embaixadas viram moeda de troca para acordos fisiológicos.

Segundo a consultoria do Senado, em questionamento feito pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), que se opôs à medida, aproximadamente 200 cargos do Itamaraty no exterior estariam disponíveis para tais acordos. O Brasil não vive seu melhor momento em termos de política externa, mas o profissionalismo dos nossos diplomatas é reconhecido. Um bom exemplo é a atuação do embaixador Ronaldo Costa Filho no Conselho de Segurança da ONU, cuja presidência rotativa ocupa neste momento.

Alcolumbre tem interesses específicos nas relações diplomáticas com Venezuela, Panamá e países árabes, principalmente a Arábia Saudita. A mudança na legislação, para permitir a ocupação desses cargos diplomáticos por políticos, abre uma porteira que vai muito além do circuito Elizabeth Arden. Por exemplo, os interesses das igrejas evangélicas nos países da África; e até mesmo coisa muito pior, nos estados que fazem fronteiras com os países vizinhos.